

# NACIONALISMOS, INDEPENDÊNCIAS E STATE-BUILDING NO CÁUCASO DO SUL

Nationalisms, independence and state-building in the South Caucasus

Rodrigo Monteiro de Carvalho 1

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra (UC), Coimbra, Portugal. **E-mail:** <u>rodrigomonteirodecarvalho@gmail.com</u>. **ORCID**: <u>https://orcid.org/0000-0002-0263-769</u>

Recebido em: 09 Set.2019 | Aceito em: 16 Dez.2019.



#### **RESUMO**

Posicionado entre a Europa e a Ásia, linha de contato entre as civilizações islâmica e cristã e lar de diversas etnias, o Cáucaso foi disputado por persas, turcos e russos durante séculos. Após um breve período de independência, ao final da década de 1910, Armênia, Geórgia e Azerbaijão permaneceram sob o rígido controle de Moscou por quase a totalidade do século XX. No entanto, antes mesmo da extinção oficial da União Soviética, em 1991, conflitos étnicos e movimentos independentistas passaram a aflorar na região. Neste artigo, procura-se analisar de forma comparada os ressurgimentos dos nacionalismos armênio, azerbaijano e georgiano durante os anos finais do regime soviético, assim como os processos de independência e posterior construção de seus respectivos Estados nacionais. Espera-se demonstrar que os conflitos étnico-políticos que afloraram no Cáucaso durante o processo de desintegração soviética serviram como catalizadores para o reavivamento dos nacionalismos na região.

Palavras-chave: Cáucaso do Sul; nacionalismos; desintegração soviética.

#### **ABSTRACT**

Placed between Europe and Asia, line of contact between Islamic and Christian civilizations and home to various ethnicities, the Caucasus has been disputed by Persians, Turks and Russians for centuries. After a brief period of independence in the late 1910s, Armenia, Georgia, and Azerbaijan remained under the tight control of Moscow for almost the entire twentieth century. However, even before the official demise of the Soviet Union in 1991, ethnic conflicts and independence movements began to surface in the region. This paper seeks to analyze in a comparative way the resurgence of Armenian, Georgian and Azerbaijani nationalisms during the final years of the Soviet regime, as well as the processes of independence and subsequent construction of their respective national states. It is expected to demonstrate that the ethnic-political conflicts that erupted in the Caucasus during the soviet disintegration served as catalysts for the revival of nationalisms in the region.

**Keywords:** South Caucasus; nationalisms; soviet disintegration.

#### INTRODUÇÃO

As terras ao sul da cordilheira do Cáucaso foram, por muito tempo, conhecidas pelo nome dado pelos russos: Transcaucásia. O significado "além do Cáucaso", embora fizesse sentido para aqueles que controlavam a região desde o Norte, passou a não ser compatível com a autonomia recém-adquirida por (parte dos) povos que a habitam. Mesmo em um lugar marcado por desconfianças, é relevante notar que a adoção do termo "Cáucaso do Sul" se tornou unânime nos documentos oficiais mais recentes de todas as três repúblicas nascidas após a desintegração soviética, em 1991, embora os dois termos continuem a ser usados de forma intercambiável em publicações acadêmicas internacionais. O surgimento do Cáucaso do Sul, portanto, coincide com o momento em que Armênia, Azerbaijão e Geórgia passam a integrar o sistema internacional



como atores independentes e simboliza a luta por emancipação das três maiores nações da região. A partir de uma perspectiva comparada, este artigo procura analisar a trajetória de cada movimento nacionalista e os posteriores processos de construção estatal. Conclui-se que foram os conflitos étnico-políticos que se espalharam pela região os principais catalizadores para o acirramento dos sentimentos nacionalistas que acabaram por assentar as bases de fundação das novas repúblicas caucasianas. Ademais, entende-se que há semelhanças entre as trajetórias do Azerbaijão e da Geórgia em direção a consolidação de seus Estados, enquanto a Armênia seguiu caminho diferente.

# O CÁUCASO EM EBULIÇÃO

Após a morte de Josef Stalin, em 1953, foi concedida uma maior autonomia para os governos das repúblicas e passaram a ser toleradas expressões moderadas de nacionalismo. Não obstante esta abertura, não houve mobilizações relevantes que ameaçassem a adesão das três repúblicas ao sul do Cáucaso ao projeto soviético. Movimentos políticos de caráter nacionalista apenas começaram a ganhar força no Cáucaso do Sul ao fim da década de 1980, facilitados pelo ambiente menos repressivo que passou a vigorar na União Soviética (URSS) após a ascensão de Mikhail Gorbachev ao Kremlin, em 1985. Concomitantemente à abertura política, três grandes conflitos por territórios ressurgiam após décadas adormecidos. A disputa pela região de Nagorno-Karabakh punha em lados opostos armênios e azeris; enquanto na Geórgia, duas minorias étnicas, ossetas e abecásios, passavam a demandar mais autonomia.

Nagorno-Karabakh é uma região montanhosa situada no território internacionalmente reconhecido da República do Azerbaijão, mas habitado por população predominantemente armênia. A origem do conflito remonta ao início do século XX, época em que se afloravam os sentimentos nacionalistas entre os povos do Cáucaso e tinha início a disputa pelo controle de regiões nas quais a jurisdição ainda era incerta. Com a vitória dos bolcheviques na Rússia e a posterior incorporação do Cáucaso do Sul à URSS, Karabakh é entregue ao controle dos azerbaijanos. Embora a administração da República Socialista Soviética da Armênia (RSSA) tenha ao longo dos anos requisitado, sem sucesso, a transferência de Karabakh para sua jurisdição, no período em que estiveram sob o governo central comunista, armênios e azeris tiveram uma convivência predominantemente pacífica.

Ao final da década de 1980, contudo, o enfraquecimento do poder central de Moscou levou à retomada dos conflitos. Em setembro de 1991, a província de Nagorno-Karabakh declara unilateralmente sua independência. A extinção oficial da URSS, em dezembro de 1991, transformou o que era uma crise doméstica em uma guerra aberta entre as recém-independentes repúblicas da Armênia e Azerbaijão. As tropas armênias tiveram sucesso em ocupar não apenas o território de Nagorno-Karabakh, como também outros sete distritos azerbaijanos, que passaram a servir como um cinturão de defesa. Em 1994, a Rússia ajudou a mediar um acordo de cessarfogo entre as partes que pôs fim às hostilidades em larga escala, mas que solidificou o controle armênio das áreas ocupadas. A guerra resultou em mais de dezenas de milhares de mortes e



centenas de milhares de refugiados que permanecem sendo uma grande chaga social, sobretudo no Azerbaijão. A derrota militar é tratada como uma humilhação nacional azeri e a recuperação dos territórios perdidos vem sendo abordada como prioridade por todos os governos que chegam ao poder desde então.

Os conflitos no caso da Geórgia foram entre o governo instituído e suas próprias minorias étnicas. Durante o período soviético, a Ossétia do Sul e a Abecásia eram regiões integradas à Geórgia, mas possuíam certo grau de autonomia política. Ambos os povos protagonizaram a luta pela autonomia contra o governo georgiano após a desintegração soviética, mas a trajetória para a emancipação das duas regiões é distinta. A guerra contra os ossetas foi a primeira a eclodir. Em novembro de 1989, já em meio ao despertar nacionalista que ocorria na Geórgia, o Soviete Supremo da Ossétia do Sul decidiu elevar o status de sua região ao nível de República Autônoma<sup>2</sup>, medida rejeitada por Tbilisi. Menos de um ano mais tarde, em setembro de 1990, os ossetas então declaram a criação da República Democrática Soviética da Ossétia do Sul, separada da Geórgia. Em dezembro, em retaliação, o Parlamento de Tbilisi votou pela remoção completa da autonomia da Ossétia do Sul, o que gerou os primeiros conflitos. Tbilisi declarou estado de emergência e, em janeiro de 1991, enviou tropas para a Ossétia do Sul. A guerra que se sucedeu foi composta de bombardeios intermitentes e escaramuças eventuais (Hewitt 2013, p. 97), e se arrastou sem vitoriosos até que um cessar-fogo mediado pela Rússia tenha sido assinado, em junho de 1992. A partir do acordado, tropas de manutenção da paz formadas por russos, ossetas e georgianos foram enviadas para a zona de conflito. Após o cessar-fogo, as disputas ficaram adormecidas, a fronteira entre a Ossétia do Sul e a Geórgia permaneceu aberta e havia grande mobilidade de pessoas e interação entre famílias. O controle efetivo sobre a região, contudo, permaneceu nas mãos dos ossetas.

Em agosto de 1992, logo após o término da primeira guerra na Ossétia do Sul, outro conflito territorial tem início na Geórgia, desta vez na Abecásia. O território da Abecásia é consideravelmente maior que o da Ossétia do Sul, possui mais recursos, uma população mais numerosa e saída para o mar. O status de República Autônoma durante o período soviético também oferecia maior capacidade de autogoverno aos abecásios do que aquele possuído pelos ossetas. As primeiras hostilidades aconteceram quando, em março de 1989, mais de 30 mil pessoas se reuniram no vilarejo de Lykhny, no norte da Abecásia, onde assinaram uma declaração que, inter alia, demandava a restituição do status de república soviética independente (Hewitt 2013, p. 62). Protestos em massa foram então convocados em Tbilisi. Em julho, alunos georgianos e abecásios da Universidade de Sukhumi, capital da Abecásia, entraram em confronto após a requisição para que a instituição fosse dividida a partir de linhas étnicas. O episódio resultou na disseminação dos conflitos para outras cidades da região e só foram debelados com a intervenção das tropas soviéticas (De Waal 2010, p. 152). No ano seguinte, em agosto de 1990, o Soviete

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Dentre as subdivisões políticas soviéticas, as Repúblicas Autônomas possuíam maior nível de autonomia do que as Regiões Autônomas, mas ambas deveriam estar inseridas em uma das 15 Repúblicas que compunham a União Soviética.



Supremo da Abecásia proclamaria a secessão da Geórgia e a vinculação direta a Moscou, pleito prontamente considerado inválido por Tbilisi. O início da guerra georgio-osseta, em janeiro de 1991, desviou as atenções e a crise entre abecásios e georgianos não se transformaria em um conflito de larga escala pelos próximos dois anos. No entanto, com o cessar-fogo estabelecido na Ossétia do Sul, as atenções se voltaram novamente para a Abecásia, que proclamou sua independência em julho de 1992. Em agosto, a Guarda Nacional da Geórgia marchou sobre Sukhumi, capital da Abecásia, dando início à guerra. As batalhas se desenrolaram até setembro de 1993 em meio a diversas tentativas fracassadas de negociação. Mas desta vez, ao contrário do impasse ocorrido na Ossétia do Sul, forças abecásias, auxiliadas em sua maioria por voluntários russos e do Cáucaso do Norte, derrotaram efetivamente os georgianos e retomaram o controle da região (Nichol 2013, p. 24). Desde então, os georgianos não mais exercem qualquer autoridade sobre suas duas regiões separatistas.

### A ARMÊNIA

A questão de Nagorno-Karabakh sempre esteve presente em sua agenda política da Armênia. Ao longo dos anos, a administração da RSSA requisitou junto à Moscou a transferência de jurisdição da região, todas sem sucesso. Em agosto de 1987, mais uma petição semelhante foi impetrada, desta vez resultando em uma onda de apoio popular à demanda (Cornell 2015, p. 48). Com o objetivo de alcançar a reunificação de Nagorno-Karabakh à Armênia, formou-se o "Comitê de Karabakh", composto principalmente por intelectuais, característica também presente nos movimentos azerbaijanos e georgianos do mesmo período. Os membros do Comitê seriam presos pelas autoridades soviéticas ao final de 1988 e liberados seis meses mais tarde. Neste momento, formou-se um grupo munido com uma pauta de reivindicações mais ampla, o Movimento Nacional Pan-Armênio (MNPA). A reunificação com Nagorno-Karabakh continuou sendo o ponto principal da agenda, mas outros pleitos foram incluídos, como a instituição da democracia popular e da economia de mercado. Ainda que não defendessem abertamente a secessão da URSS, as demandas do movimento indicavam este caminho (Adalian 2010, p. 159). Nas eleições legislativas de maio 1990, o MNPA saiu vitorioso e o acadêmico orientalista Levon Ter-Petrosian foi alçado a líder do Soviete Supremo armênio. A Armênia se tornava a primeira república da soviética a ter um governo não comunista. O processo para a independência teve início em janeiro de 1991, quando o Soviete Supremo se recusou a participar de um referendo para a manutenção da URSS, proposto por Mikhail Gorbachev. Em agosto de 1991, foi declarada unilateralmente a soberania do país, ratificada um mês mais tarde por mais de 99% dos armênios convocados às urnas. Em outubro de 1991, outras eleições levaram Levon Ter-Petrosian a se tornar o primeiro Presidente da República da Armênia.

Em seus primeiros anos à frente da nova república, Ter-Petrosian precisou lidar com a guerra em curso pelo controle de Nagorno-Karabakh. Pressionado pelo isolamento imposto por azerbaijanos e, posteriormente, também pelos turcos, ele buscou atenuar o discurso nacionalista que havia adotado no período pré-independência, que deu lugar a uma abordagem mais conciliatória, sobretudo na condução da política externa (Adalian 2010, p. 557). Buscou-se



estabelecer uma política externa multivetorial que propiciasse os meios materiais necessários para a própria sobrevivência do país, mas que também garantisse sua autonomia política. Ao mesmo tempo, conduzia um processo sistemático de privatizações que tinham o objetivo de instaurar a economia de mercado. O bem conduzido processo de independência possibilitou a solidez do Estado e a coesão nacional necessárias para garantir a vitória na disputa por Nagorno-Karabakh, no entanto, os anos de guerra exauriram os cofres públicos. Com o cessar-fogo de 1994, ficaram evidentes os problemas estruturais que antes eram encobertos pelo esforço de guerra. Como resultado do conflito duradouro e com reformas econômicas malsucedidas, a Armênia passou a sofrer com crises energéticas e escassez de itens de consumo, o que aprofundou os questionamentos internos ao governo de Ter-Petrosian. Diante das provações, o governo armênio foi gradualmente levado a aprofundar sua relação com a Rússia, que com o tempo passou a ganhar contornos de dependência. Ainda assim em 1996, Ter-Petrosian seria eleito para um segundo termo na presidência.

# O AZERBAIJÃO

Se Nagorno-Karabakh sempre foi uma questão premente para os armênios, só se tornou uma questão política relevante para os azerbaijanos quando a situação em Nagorno-Karabakh já estava saindo do controle. Como na Armênia, o movimento nacionalista azerbaijano se fortaleceu na esteira da querela de Karabakh. Mas ao contrário dos armênios, movimentos desta natureza no Azerbaijão tomaram forma muito mais tarde (Cornell 2005, p. 46). Entre os anos de 1987 e 1988, foram fundadas diversas organizações com o intuito de proteger e divulgar a herança arquitetônica, linguística e cultural azeri, além de promover o contato com seus parentes étnicos além das fronteiras soviéticas. Um destes grupos, o Varliq, nome dado em referência a um jornal publicado pela comunidade azeri no Irã, contava com membros que, mais tarde, fundariam a Frente Popular Azerbaijana (FPA). Em fevereiro de 1988, o Conselho Supremo da Oblast<sup>3</sup> Autônoma de Nagorno-Karabakh aprovou resolução que requisitava sua transferência para a jurisdição da Armênia. Dois dias depois, um choque entre manifestantes e forças policiais de Nagorno-Karabakh na cidade de Askeran resultou na morte de dois azeris. A notícia dessas mortes gerou intensos protestos na cidade industrial de Sumgait, nas cercanias da capital, Baku. Entre 27 e 29 de fevereiro esses protestos se transformaram em um pogrom contra a população armênia da cidade. As forças soviéticas não empregaram medidas adequadas para controlar a escalada da violência e, após os eventos de Sumgait, não foram mais capazes de conter as hostilidades entre os dois povos (Cornell 2005, p. 70).

A FPA surgiu oficialmente nesse contexto, em julho de 1989, após um congresso em que foram formuladas as bases sobre as quais pretendiam transformar o Azerbaijão em uma sociedade avançada e democrática, ainda que a secessão da URSS não tenha sido abordada (Macdougall 2009, p. 217). Neste mesmo congresso, Abulfaz Elçibey que, assim como Ter-Petrosian, era um historiador e viria ser eleito Presidente, foi escolhido como líder do movimento. Um massacre

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Oblast é uma subdivisão territorial para fins administrativos.



promovido pelo exército soviético em Baku<sup>4</sup>, em janeiro de 1990, significou ao mesmo tempo um elemento de coesão da sociedade azerbaijana em torno da ideia independentista, como também um adiamento do protagonismo que a FPA viria a ter neste processo. A FPA foi acusada de ser a responsável pelos eventos em Baku e muitos dos seus membros foram presos. Moscou então indicou Ayaz Mutalibov como novo líder do Partido Comunista no Azerbaijão, que assumiu com a missão de incorporar parte da pauta proposta pela FPA ao seu governo para tentar restaurar a legitimidade da administração comunista na república. Paradoxalmente, seria Mutalibov quem se tornaria o primeiro Presidente eleito do Azerbaijão, em setembro de 1991.

Ainda como líder comunista do Azerbaijão, Mutalibov resolveu cooperar com os planos de Moscou de reformar a União Soviética a partir de um novo acordo que daria mais autonomia para as repúblicas e evitar a desintegração por completo. O apoio de Mutalibov viria em troca de uma ação mais incisiva das forças soviéticas contra o irredentismo armênio em Karabakh (De Waal 2003, p. 113). A Armênia já se consolidava como uma república dissidente que cortava os laços com Moscou enquanto buscava sua independência completa. Assim, o referendo geral soviético, em março de 1991, que propunha a permanência das repúblicas em uma URSS reformada, foi boicotado pelo governo armênio. Por sua parte, Mutalibov provou o seu apoio e o referendo foi aprovado por mais de 90% dos eleitores azerbaijanos. Contudo, o golpe fracassado contra Gorbachev, em agosto de 1991, precipitou os eventos que levariam a desintegração da URSS e, assim como outras repúblicas soviéticas, o Azerbaijão declarou sua independência. As eleições para escolher o primeiro Presidente do Azerbaijão ocorreram em setembro, mas foram boicotadas pela FPA. Mutalibov concorreu como candidato único, obtendo improváveis 98% dos votos (Macdougall 2009, p. 223). Já empossado, ele manteve sua política direcionada para a Rússia com a esperança de que Moscou ainda pudesse resolver a questão de Nagorno-Karabakh em seu favor e concordou com a adesão de seu país na Comunidade dos Estados Independentes (CEI), decisão que mais tarde seria forçado a reverter. No entanto, a ajuda de Moscou não chegou, a economia do país permaneceu estagnada e as derrotas na guerra contra os armênios se avolumaram. Em fevereiro de 1992, após o massacre de centenas de civis azerbaijanos perpetrado pelos armênios no povoado de Khojaly, ocorreu uma série de manifestações populares contra a incapacidade de Mutalibov de formar um exército que defendesse o país. Pressionado pela população, e pelo Parlamento, Mutalibov renunciou em março de 1992. Em seu lugar assumiu um governo interino, que conclamou novas eleições para junho. Abulfaz Elçibey, líder da FPA, venceu o pleito com 54% dos votos e formou o governo com o objetivo imediato de reverter os rumos da guerra por Nagorno-Karabakh.

Em seus primeiros meses de governo, Elçibey conseguiu recuperar o moral e algum grau de organização do exército azerbaijano, que obteve as primeiras vitórias contra as forças

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Em janeiro de 1990, o exército soviético ocupou Baku durante um estado de emergência declarado para estancar os violentos protestos pela decisão do Parlamento armênio de incluir Nagorno-Karabakh em seu orçamento. Ocorreram ataques de azeris à população armênia de Baku, resultando em aproximadamente 90 mortes. Como resposta, Moscou deu ordens para que o exército restaurasse a ordem pública em Baku. A ação das tropas soviéticas resultou em cerca de 130 civis azeris mortos.



armênias. No campo da política externa, tentou alinhar seu país com a Turquia, com quem o Azerbaijão compartilha afinidades étnicas. Contudo, com a mesma intensidade com a qual orientava sua política em direção à Turquia, se afastava da Rússia e do Irã. A falta de pensamento estratégico que resultou na alienação de dois de seus poderosos vizinhos foi uma marca no governo da Frente Popular, que pode ter sido fruto da inexistência de quadros políticos experientes ou treinados para as funções de Estado (Macdougall 2009, p. 240). Ao final de 1992, novas derrotas contra as forças armênias ocorreram e boa parte dos territórios recuperados no início de mandato foram novamente perdidos. Alguns segmentos das forças azerbaijanas desertaram e se transformaram em milícias armadas que controlavam partes do país (Cornell 2015, p. 72). Elçibey também não conseguiu dar novo fôlego à economia, a taxa de inflação quase que dobrou dos 616% registrados em 1992 para 1130 % em 1993 (Cornell 2015, p. 74). O renovado fracasso militar e a economia em desarranjo aceleraram a perda das bases de sustentação popular de Elçibey. Em junho de 1993, uma das milícias armadas, comandadas por Surat Huseynov, começou a marchar em direção à capital demandando a renúncia de Elçibey. O Parlamento pede então pelo retorno a Baku de Heydar Aliyev, antigo líder do Azerbaijão soviético entre os anos de 1969 e 1982. Aliyev assume o cargo de Presidente do Parlamento azerbaijano e costura um acordo com Huseynov para torná-lo Primeiro-Ministro. Em 18 de junho de 1993, sem pedir formalmente renúncia, Elçibey se retira para sua cidade natal e deixa o comando do país nas mãos de Aliyev.

Os azerbaijanos foram às urnas em outubro de 1993 e elegeram Aliyev Presidente com, novamente improváveis, 98,8% dos votos, sinal de que os preceitos democráticos não teriam prioridade no novo governo. Mas em contrapartida, a administração de Aliyev traria um grau de estabilidade ao país não visto desde os tempos soviéticos (De Waal 2010, p. 82). A nova constituição da república, promulgada em 1995, estipulava a divisão dos três poderes, mas claramente pendia para a primazia do executivo. O exército também foi completamente reformulado, o que impediu que novas milícias armadas pudessem ameaçar o governo. O novo exército também se mostrou mais bem preparado para o combate e, se não conseguiu reverter o rumo da guerra, ao menos, evitou que mais territórios fossem perdidos para os armênios. Sendo a prioridade de Aliyev reconstruir o Estado, em maio de 1994 é assinado o cessar-fogo que interrompe a guerra de Nagorno-Karabakh e que, mesmo sendo regularmente desrespeitado, perdura até hoje. Aliyev governou seu país até 2003 quando, com a saúde debilitada, foi deu lugar a seu filho, Ilham Aliyev.

#### A GEÓRGIA

No caso da Geórgia, os primeiros grupos de oposição ao regime comunista apareceram ao final de 1987. O mais notório destes grupos foi o intitulado "Sociedade Ilia Chavchavadze", nome dado em homenagem a um nome expoente do nacionalismo georgiano do século XIX. Esta organização abrigava várias vozes dissidentes, mas que divergiam entre si acerca dos rumos do movimento (Cornell 2005, p. 147). Aqueles que defendiam uma posição menos conciliatória à Moscou eventualmente deixaram a Sociedade e se subdividiram em fações diferentes. Ao mesmo tempo em que o movimento nacionalista ganhava força entre os georgianos, também ganhava



entre as minorias étnicas do país, especialmente os ossetas e abecásios. Os primeiros protestos em massa ocorridos em Tbilisi, em abril de 1989, foram organizados como uma resposta à petição feita pelos abecásios para que sua República se separasse da Geórgia e fosse posta sob jurisdição direta de Moscou. Estas demonstrações populares logo passariam a ter contornos de luta por independência (Cornell 2005, p. 148), mas o mote "Geórgia para os georgianos" continuaria presente em todas as manifestações que se seguiram (Hewitt 2013, p. 54). Zviad Gamsakhurdia e Merab Kostava, cujo ativismo político em conjunto datava da década de 1950 e já havia levado os dois à prisão, foram as figuras que mais atraíram o apoio popular. A morte de Kostava em um suposto acidente de carro, em outubro de 1989, deixa Gamsakhurdia como o principal líder independentista da Geórgia. Ele então forma uma coalizão para disputar as eleições de outubro de 1990 para o Conselho Supremo da República da Geórgia, órgão sucessor do Soviete Supremo georgiano, das quais sai vitorioso com 54% dos votos (Hewitt 2013, p. 94). Em abril de 1991, já como Presidente do Conselho, Gamsakhurdia declara a independência unilateral da Geórgia da União Soviética e, um mês mais tarde, é escolhido em eleições diretas como o primeiro Presidente do país.

Assim como o Azerbaijão, a Geórgia declarou sua independência sem estar preparada para tal. Gamsakhurdia ocuparia seu cargo por apenas nove meses antes ser sido substituído por uma junta militar, em janeiro de 1992, menos de duas semanas após a formalização da dissolução da URSS. De forma similar ao que acontecera com Elçibey, Gamsakhurdia não amenizou sua retórica nacionalista usada durante a luta pela independência e governou sob o dogma de a Geórgia para os georgianos. Com afirmações como a de que as minorias étnicas seriam hóspedes no país e de que casamentos inter-étnicos ameaçariam a nação georgiana (De Waal 2010, p. 138), Gamsakhurdia ajudou a aumentar o abismo entre Tbilisi e as regiões separatistas que resultariam na perda efetiva do controle sobre esses territórios. Ele também não foi capaz de promover as reformas econômicas necessárias para completar a transição do país do comunismo para a economia de mercado, além de ser acusado de violar a liberdade de imprensa e realizar prisões políticas (Hewitt 2013, p. 104). Assim, em dezembro de 1991, um golpe de Estado é posto em prática por um triunvirato composto por Dzhaba Ioseliani, líder da principal milícia armada do país, por Tengiz Sigua, Primeiro-Ministro da Geórgia que se transformou em desafeto do Presidente, e por Tengiz Kitovani, chefe da Guarda Nacional que havia sido criada pelo próprio Gamsakhurdia. Em 6 de fevereiro, após intensos conflitos que resultaram na morte de ao menos 113 pessoas, Gamsakhurdia foge do país e, posteriormente, exila-se na Chechênia.

Em março de 1991, o antigo líder do Partido Comunista na Geórgia, Eduard Shevardnadze, é chamado de volta ao país para presidir o Conselho Militar, agora renomeado de Conselho de Estado. Ele fora Ministro das Relações Exteriores soviético e era admirado nos círculos ocidentais por ter sido um dos responsáveis pela desintegração pacífica da URSS (De Waal 2010, p. 106). Nos primeiros meses de seu retorno ao poder, Shevardnadze teve que enfrentar grupos leais a Gamsakhurdia, que pegaram em armas para defender o retorno do Presidente deposto. Junto com os conflitos já em curso na Ossétia do Sul e as tensões que se acirravam na Abecásia, as batalhas contra os apoiadores de Gamsakhurdia empurraram a Geórgia para a guerra civil. Mesmo



distante de ter o controle do que considerava ser o território nacional, o governo de Geórgia, com a ajuda do bom trânsito de Shevardnadze entre os líderes ocidentais, conseguiu garantir o reconhecimento da comunidade internacional à independência do país. Cinco meses depois de Armênia e Azerbaijão, a Geórgia foi admitida como membro da Organização das Nações Unidas (ONU), em julho de 1992. Com a assinatura do cessar-fogo na Ossétia do Sul, também em junho de 1992, e a posterior derrota na guerra contra os abecásios, finalizada em setembro de 1993, restava a Shevardnadze lidar com a revolta dos zviadistas, nome dado em referência ao primeiro nome de Gamsakhurdia. Com a ajuda da Rússia, ao final de 1993 a insurreição foi finalmente controlada. Em retribuição ao apoio de Moscou, Shevardnadze concordou com a adesão do país à comunidade dos Estados Independentes (CEI), o que tinha sido descartado pelo governo anterior (Hewitt 2013, p. 150). A pacificação do país, ainda que sob o preço da perda do controle sobre a Ossétia do Sul e a Abecásia, permitiu que Shevardnadze pudesse finalmente governar. Em 1995, cargo de Presidente é reinstaurado e Shevardnadze, por meio de eleições diretas, torna-se o segundo Presidente da Geórgia, cargo que ocuparia até 2003.

# **CONCLUSÕES**

As lideranças nacionalistas que emergiram nas três repúblicas caucasianas durante os últimos anos da década de 1980, e que depois tornaram-se chefes-de-Estado, foram oriundas de movimentos cujas pautas revolviam acerca da luta por autonomia sobre territórios em conflito. O "Comitê de Karabakh", que resultou no Movimento Nacional Pan-Armênio e a "Frente Popular Azerbaijana", foram os principais encarregados dos seus respectivos processos de construção nacional. Já na Geórgia, os movimentos que levaram à independência foram mais fragmentados, mas o apelo a manutenção da integridade territorial sempre foi uma constante e angariava o apoio popular. Os catalizadores do reflorescimento da identidade nacional de armênios, azerbaijanos e georgianos, portanto, foram as disputas territoriais que emergiram em toda a região e que a fragmentaram a partir de linhas étnicas. Dessa forma, a disputa pela região de Nagorno-Karabakh, que colocou em lados opostos armênios e azerbaijanos, fez com que ambos promovessem suas bases de coesão nacional tendo a figura do "outro" como referência. No caso da Geórgia, o papel do "outro" ficou a cargo de suas próprias minorias étnicas que pleiteavam por maior autonomia, notadamente os abecásios e ossetas, mas sobretudo dos russos, que passaram a ser vistos como os perpetradores da discórdia étnica e da tentativa de fragmentação territorial (Mirzoyan 2010, p.12).

Já o processo de construção dos novos Estados do Cáucaso do Sul reservou maiores semelhanças às trajetórias do Azerbaijão e da Geórgia do que a da Armênia. Há inúmeros paralelos nos cursos de azerbaijanos e georgianos: ambos se tornaram independentes em meio a guerras civis; nenhum dos dois, à época, detinha o total controle de seus respectivos territórios, tampouco o monopólio do uso da força; dois ex-líderes comunistas foram eventualmente convocados a retomar seus lugares na chefia do país; ambos adotaram, ainda que em graus diferentes, uma postura de afastamento perante à Rússia; e os dois países continuam privados do controle de porções similares de seus territórios. Já a Armênia atravessou seu processo de independência de

forma mais estável, com instituições estatais funcionais e seu território intacto. Também ao contrário de seus vizinhos, renovou os laços com Moscou, embora este caminho tenha sido seguido mais por necessidade do que por convicção.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adalian, R. P. (2010) Historical dictionary of Armenia. Vol. 77. Scarecrow Press.

Cornell, S. E. (2005) *Small nations and great powers: a study of ethnopolitical conflict in the Caucasus*. London: Routledge.

———. (2015) Azerbaijan since independence. London: Routledge.

De Waal, T. (2003) *Black garden. Armenia and Azerbaijan through Peace an war*. New York and London: New York University Press.

. (2010) *The Caucasus: an introduction*. New York: Oxford University Press.

Hewitt, B. G. (2013) Discordant neighbours: a reassessment of the Georgian-Abkhazian and Georgian-South Ossetian conflicts. Leiden: Brill.

Macdougall, J. C. (2016) *Post-Soviet strategic alignment: The weight of history in the South Caucasus*. Tese de Doutorado. Washington: Georgetown University, 2009. Disponível em: 
<repository.library.georgetown.edu> [Acesso em set. 2019]

Mirzoyan, A. (2010) *Armenia, the regional powers, and the West: between history and geopolitics*. New York: Palgrave Macmillan.

Nichol, J. (2013) *Armenia, Azerbaijan, and Georgia: Political Developments and Implications for US Interests*. Current Politics and Economics of Russia, Eastern and Central Europe, 28(3/4), p.277.